

HABEAS CORPUS Nº 568.114 - SE (2020/0072975-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : RICARDO ALMEIDA ALVES SANTOS
ADVOGADO : RICARDO ALMEIDA ALVES SANTOS - SE004465
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : CLEMILTON DE ALMEIDA AGAPITO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de CLEMILTON DE ALMEIDA AGAPITO, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe no julgamento do HC n. 2020000307961.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente, em 31/01/2017, e pronunciado, em 01/04/2019, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, I e IV c/c 14, II, do Código Penal, bem como do art. 308, do Código Penal, por duas vezes, em concurso material (art. 69, do CP), e ainda pelas sanções do art. 14 da Lei 10.826/2003.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que, em decisão singular do desembargador plantonista, deixou de apreciar o pedido, determinando a remessa do *writ* ao Gabinete do Desembargador relator, a fim de que aprecie o feito, por entender não ser caso de análise em plantão judicial.

No presente *writ*, o impetrante sustenta que a decisão guerreada é desarrazoada e teratológica, pois, nos termos da recomendação n. 62 do CNJ, a qual estabelece medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid 19, no âmbito dos sistema de justiça penal e socioeducativo, faz jus o paciente à conversão de sua prisão preventiva em domiciliar em razão de pertencer a grupo de risco.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela concessão da prisão domiciliar em favor do paciente.

É o relatório.

Decido.

Não há como conhecer da impetração nesta Corte Superior, uma vez que o presente *mandamus* ataca decisão monocrática de Desembargador, contra a qual não

houve a interposição do competente agravo.

Nesse contexto, não se verificou a manifestação do Colegiado da Corte de origem sobre a questão aqui deduzida, não tendo o tema sido esgotado na instância ordinária.

Dessa forma, fica esta Corte Superior impedida de pronunciar-se sobre a matéria.

Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. PECULATO. FALSIDADE IDEOLÓGICA. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PREJUDICIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO. NULIDADE. ACESSO AO CONTEÚDO INTEGRAL DE INQUÉRITO MENCIONADO NA DENÚNCIA. INDEFERIMENTO RECONSIDERADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. DECISÃO MONOCRÁTICA. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA. AGRAVO PROVIDO PARA NÃO CONHECER DO HABEAS CORPUS.

1. Remanescendo o interesse processual por não ter sido reaberto o prazo para a defesa apresentar resposta à acusação, deve ser reconsiderada a decisão que julgou prejudicado o writ.

2. Insurgindo-se o impetrante contra decisão monocrática proferida no Tribunal de origem, contra a qual não foi interposto o competente agravo, tem-se que, relativamente à matéria deduzida na presente impetração, não houve o esgotamento da instância de origem, descabendo a esta Corte Superior a análise da controvérsia, sob pena de indevida supressão de instância.

3. Já se tendo deferido o pretendido acesso integral, a demora da investigação no órgão ministerial impede a conclusão da instrução e oferta de alegações finais até que seja cumprida a decisão de acesso pleno, assim sem prejuízo evidenciado desde logo à parte.

4. Agravo provido para não conhecer do habeas corpus (AgInt no HC 433.956/AP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 18/02/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DECISÃO DO RELATOR SEM ESGOTAMENTO DA JURISDIÇÃO. TERATOLOGIA NÃO CONFIGURADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme na compreensão de que não tem cabimento habeas corpus para desafiar decisão monocrática de desembargador relator, sob pena de indevida supressão de instância em razão do não exaurimento da jurisdição do Tribunal a

quo.

2. "É vedada a oitiva de corréu na condição de testemunha ou informante, salvo no caso de corréu colaborador ou delator" (RHC n. 76.951/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 16/3/2017).

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 473.653/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018)

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR. CONCUSSÃO. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. PERDA DO CARGO PÚBLICO. NECESSIDADE DO TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO OU AMEAÇA DE VIOLÊNCIA AO DIREITO AMBULATORIO. VIA INADEQUADA. NÃO CONHECIMENTO.

1. É inviável o conhecimento do habeas corpus, uma vez que a defesa se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto. Precedentes do STJ e do STF.

2. O habeas corpus não constitui meio idôneo para se pleitear a anulação da decisão que declarou a perda do cargo público ocupado pelo agravante, uma vez que ausente qualquer violação ou ameaça ao direito à liberdade de locomoção. Precedentes do STJ e do STF.

SUSTENTAÇÃO ORAL NO AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do artigo 159, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não se admite sustentação oral no julgamento do agravo regimental sem que isto implique cerceamento de defesa. Precedentes.

2. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 425.465/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 19/12/2017).

Ademais, não houve apreciação do tema, tendo o relator plantonista determinado a remessa do feito à apreciação do desembargador relator, frisando que deixava de apreciar o pedido. Tal circunstância, portanto, impede esta Corte Superior de se manifestar sobre o tema, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

Superior Tribunal de Justiça

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator